

TARIFAÇO / No Dia da Libertação do presidente Donald Trump, deputados brasileiros dão o troco e aprovam projeto de lei que permite a reciprocidade para proteger a importação. Texto segue para sanção do presidente da República

Câmara autoriza a retaliação

» LUANA PATRIOLINO

Em resposta ao “tarifaço” do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a Câmara dos Deputados aprovou, na noite de ontem, a chamada Lei da Reciprocidade. O projeto permite ao governo brasileiro retaliar países ou blocos que coloquem barreiras comerciais a produtos do Brasil.

Ontem, Trump anunciou uma tarifa global sobre impostos de importação, com os produtos brasileiros sendo taxados em ao menos 10%. A data foi nomeada pelo republicano como o “Dia de Libertação”. Para isso, ele adotará critérios de como os produtos americanos são taxados no exterior. A meta é a de começar a corrigir o déficit de US\$ 1,2 trilhão que o país soma com o resto do mundo.

A primeira medida anunciada pelo norte-americano foi a taxa de 25% em cima de automóveis a partir de hoje. “A partir de meia-noite, nós vamos impor tarifa de 25% para todos os automóveis importados”, disse o presidente dos EUA.

O projeto da reciprocidade já havia sido aprovado no dia anterior pelo Senado, em caráter de urgência e segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo é que o país tenha um veículo legal para retaliar. No início da semana, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), fez um apelo aos deputados para que governo e oposição se unam para aprovar a matéria.

Inicialmente, a oposição indicava obstrução à votação, mas mudou de posição e orientou o voto favorável, justificando o apoio ao agronegócio. O gesto foi visto como um movimento estratégico, pois a proposta tem forte respaldo da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e de setores industriais.

O grupo considerou que a medida resguarda as exportações brasileiras de barreiras comerciais abusivas. Na avaliação do relator da proposta, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), o projeto é uma forma de proteção do interesse nacional.

“É uma questão que passa por cima de questões partidárias, pois trata-se de um tema que diz respeito ao país como um todo.

Divulgação



Oposição chegou a tentar obstruir a votação do relatório apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim, mas acordo deu celeridade à tramitação

Precisamos garantir nossa competitividade, valorizar nossos produtos e a dedicação de nossos trabalhadores do campo. É uma vitória do empenho da bancada, que se dedicou a conversar com todo o parlamento”, destacou o relator.

Entre as medidas previstas estão a possibilidade da imposição de direito de natureza comercial incidente sobre importações de bens ou de serviços de país, ou bloco econômico, além da suspensão de concessões ou outras obrigações do Brasil em relação a direitos de propriedade intelectual firmados em acordos comerciais.

Na prática, o projeto estabelece um marco legal para que o país possa reagir a decisões de países que adotem barreiras comerciais consideradas “injustificadas” aos produtos brasileiros. O governo federal avalia a proposta como essencial para fortalecer a posição do Brasil em negociações internacionais,

garantindo mecanismos de resposta a restrições comerciais que prejudiquem a economia.

Argumentos

Durante sessão na Câmara dos Deputados, o plenário foi palco de um intenso debate sobre as medidas de retaliação comercial que o governo Lula pretende adotar após os Estados Unidos anunciarem a intenção de sobretaxar em 10% o aço laminado brasileiro. O deputado Gilson Marques (Novo-SC) criticou o Planalto por não buscar diálogo diplomático direto com os Estados Unidos antes de reagir publicamente.

“Lula não tem a menor noção da dimensão do Brasil. Estamos atirando com estilingue contra uma potência que possui bomba atômica, armamento superior e peso geopolítico. Nós somos irrelevantes em números. O contrário não é verdadeiro”, declarou.

A deputada Fernanda Melchionna (PSol-RS) denunciou o que chamou de “hipocrisia da oposição”. Segundo ela, em 2020 houve taxação do aço, quando Bolsonaro ainda era o presidente. “Os falsos patriotas mentem. Em 2020, também houve taxação, e agora eles se calam. Este projeto dá instrumentos para o governo defender o Brasil. Podemos, inclusive, quebrar patentes, mostrando soberania e altivez”.

Na avaliação do deputado Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR), há risco de escalada comercial, afirmando que o país está preparado para enfrentar os atuais desafios econômicos. “A tarifação dos EUA transformou-se numa grande guerra de tarifas. Mas o Brasil está preparado. Temos um arcabouço jurídico forte e somos campeões de vitórias na Organização Mundial do Comércio. Agora é hora de mostrar firmeza”, apontou.



Precisamos garantir nossa competitividade, valorizar nossos produtos e a dedicação de nossos trabalhadores do campo. É uma vitória do empenho da bancada, que se dedicou a conversar com todo o parlamento”

Arnaldo Jardim, relator do projeto da reciprocidade na Câmara

União Europeia

O projeto votado ontem no Plenário foi apresentado em 2023 pelo senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), com o objetivo de autorizar o uso do princípio da reciprocidade quanto a restrições ambientais anunciadas, à época, para produtos do agronegócio brasileiro. Com o tarifaço que já vinha sendo anunciado por Trump desde a sua posse, os senadores ampliaram as regras para “ações, políticas ou práticas que violem ou sejam inconsistentes com as disposições de acordos comerciais”, conforme determina a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Ao **Correio**, a senadora Tereza Cristina, relatora do PL no Senado, ressaltou que a proposta não visa um embate direto com os Estados Unidos, mas, sim, garantir instrumentos legais para que o Brasil possa agir diante de restrições comerciais.

“Não podemos esquecer que o tarifaço de Trump vem sendo anunciado como algo linear para todos os parceiros comerciais dos EUA. O Brasil é apenas um deles. E, se houver tarifas altas para todos, o Brasil passa a ter a chance de, nessa crise tarifária, vender para outros parceiros e mercados”, afirmou a senadora.

Arnaldo Jardim destacou que essa ação estabelece “novas formas as relações comerciais, os pactos estão sendo revistos e, portanto, todo o fluxo de comércio internacional também está sendo revisto”. “O Brasil precisa se preparar para esse momento”, disse ao **Correio**.

O presidente da bancada, deputado Pedro Lupion (PP-PR), considera que o rápido avanço do projeto mostra que o país, enquanto player relevante do mercado internacional, precisava agir.

“Criamos uma legislação que nos permite enfrentar desafios impostos por outros países. É a valorização do setor produtivo e a garantia de segurança para nossos produtores rurais. A FPA fez uma brilhante construção com seus integrantes e o diálogo constante com líderes partidários e o presidente da Câmara, Hugo Motta”, ressaltou Lupion. (**Vanilson Oliveira, Danandra Rocha e Eduarda Esposito**)

APOSTAS ON-LINE

BETs serão vetadas para Bolsa Família

» ALICIA BERNARDES*

Em cumprimento a uma determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), o governo federal estuda formas de evitar que recursos do Bolsa Família sejam utilizados em apostas on-line. Uma das possibilidades em análise é o bloqueio do CPF dos beneficiários do programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para este tipo de aposta.

A proposta de restrição levanta um debate a mais sobre inclusão digital, impactos econômicos e políticas sociais. Para especialistas em finanças, a principal preocupação é proteger os beneficiários do Bolsa Família dos riscos associados ao jogo.

Aline Soaper, educadora financeira, defende que apostas devem ser encaradas como lazer para quem tem dinheiro sobrando, não para quem depende de assistência social. “Além de prejudicar a saúde financeira dessas famílias, os jogos têm grande potencial de causar dependência, o que pode levar as pessoas a buscarem outros tipos de dívidas para continuar apostando”, afirma Soaper.

Ela também destaca que há precedentes internacionais. “Nos Estados Unidos, por exemplo, cartões de benefícios sociais não

podem ser usados para apostas, álcool ou outros produtos considerados não essenciais. Na Austrália, há restrições semelhantes. Os resultados dessas medidas foram a redução dos gastos com jogos e a diminuição do estado de miserabilidade de algumas famílias. Não elimina os problemas, mas impõe obstáculos para quem recebe benefício por necessidade social.”

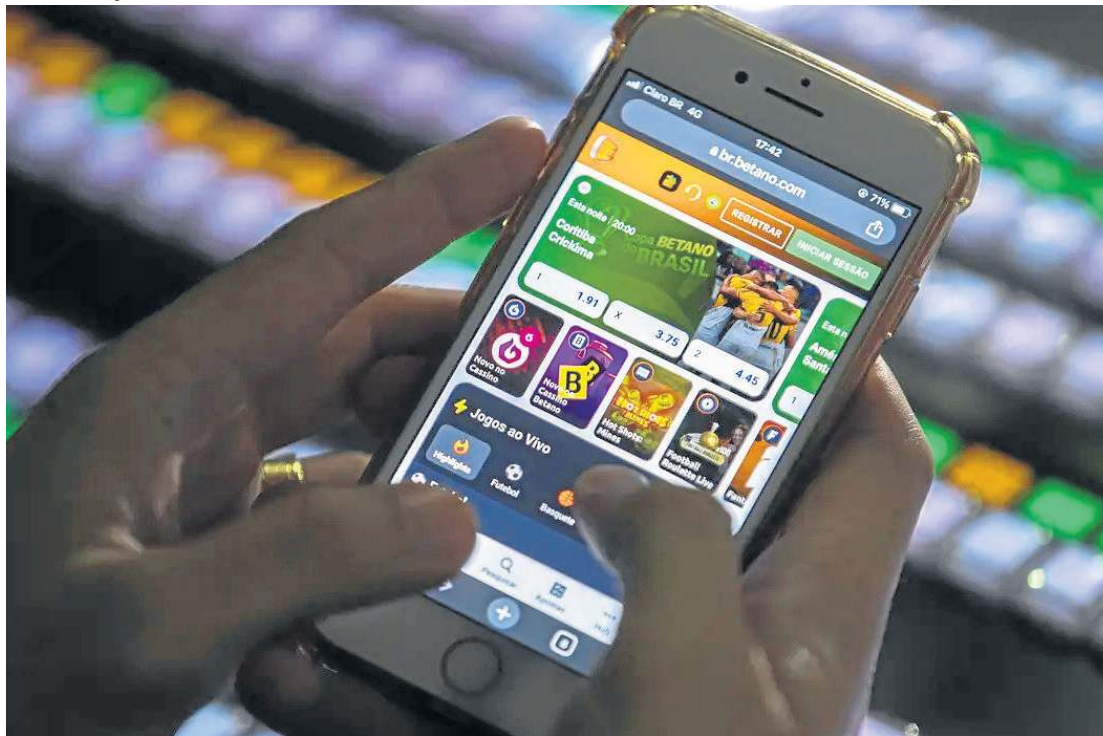
Já Ricardo Santos, cientista de dados e fundador da Fulltrader Sports, aponta que limitar o acesso pode ter efeitos negativos.

“Apostar não é apenas entretenimento, em muitos casos, é uma forma de interação com a economia digital. Limitar isso pode aumentar ainda mais a distância entre classes sociais, restringindo o acesso a tecnologias que hoje são parte do cotidiano”, explica Santos. Ele também alerta para os impactos fiscais: “O setor de apostas on-line é altamente tributado, e restringir o acesso dessa camada pode impactar a arrecadação federal, enfraquecendo a capacidade do Estado de investir em políticas sociais.”

Dados preocupantes

Ainda em agosto do ano passado, o STF determinou que governo federal adote medidas para

Joédson Alves/Agência Brasil



proibir o uso de recursos de benefícios sociais, como Bolsa Família e BPC, em apostas on-line. Em dezembro, medida cautelar do Tribunal de Contas da União (TCU), definiu que o governo adote medidas imediatas para impedir que beneficiários do Bolsa Família usem o dinheiro do programa em bets.

Esta semana, o secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Regis Dudena, afirmou, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* que a proibição, pelo uso do CPF, é a alternativa mais viável em análise no governo.

Dados do Ministério da Fazenda indicam que, em agosto

de 2024, cerca de 5 milhões de beneficiários transferiram aproximadamente R\$ 3 bilhões para plataformas do setor, levantando preocupações sobre o impacto desse tipo de gasto nas famílias de baixa renda.

A maior parte dessas transações foi realizada pelos próprios responsáveis pelo recebimento do benefício, com um valor médio de aposta em torno de R\$ 100 por pessoa. Especialistas alertam que o apelo do enriquecimento rápido pode ser especialmente arriscado para pessoas em situação de vulnerabilidade financeira, aumentando o risco de endividamento e comprometendo o orçamento familiar.

Diante desse cenário, o Ministério do Desenvolvimento Social solicitou mais detalhes sobre o levantamento e considera medidas para evitar que o programa seja desvirtuado. O ministro Wellington Dias destacou que o Bolsa Família tem como objetivo garantir alimentação e condições básicas de vida, e que qualquer uso que comprometa essa finalidade preocupa o governo.

A questão também gerou repercussão no Senado. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o mercado de apostas on-line pretende convocar representantes do Ministério da Fazenda para esclarecer como funcionará a proibição.

O governo deve bloquear o uso do CPF de beneficiários do Bolsa Família e BPC, atendendo determinação do Supremo

Quem também deve falar na CPI é o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, em audiência que está marcada para o dia 9 de abril. Parlamentares querem entender melhor o fluxo dessas transações e avaliar possíveis medidas para impedir que beneficiários do programa social utilizem os recursos para esse fim.

O crescimento acelerado do setor tem sido acompanhado de debates sobre proteção ao consumidor e arrecadação tributária. Desde 2023, o governo federal implementou regras para tributar as bets, estabelecendo uma alíquota de 15% sobre o lucro bruto das casas de apostas.

Com a possibilidade de restrição para beneficiários do Bolsa Família, especialistas questionam se a medida será eficaz ou se pode gerar um efeito contrário. “O consumo das famílias de baixa renda é mais sensível a intervenções diretas. Muitas vezes, os valores apostados são baixos — R\$ 2, R\$ 5 — e representam uma forma de lazer acessível. Restringir isso pode redirecionar o consumo para canais não regulados, como apostas clandestinas ou sites estrangeiros, o que tira receita do país e aumenta o risco de exposição a fraudes”, alerta Ricardo Santos.

* **Estagiária sob a supervisão de Edla Lula**